



# SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

**OBSERVATÓRIO SOCIAL DO IFB:  
cidadania fiscal e controle social no DF**

Juliana Quirino Silva Alcântara <sup>1</sup>  
Bibiani Borges Dias <sup>2</sup>  
Caroline Maria Costa Barros <sup>3</sup>  
Izabela Paranaíba Calegari <sup>4</sup>  
Jaqueline Thomazine Brocchi <sup>5</sup>  
Joana D'Arc Cruz Ferreira Lima <sup>6</sup>  
Marco Aurélio Bittencourt <sup>7</sup>  
Maria Marclane Bezerra Vieira <sup>8</sup>  
Natascha Alexandrino de Souza Gomes <sup>9</sup>  
Paula Renata Cairo do Rego <sup>10</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta o Observatório Social (OS) do Instituto Federal de Brasília (IFB), *Campus Brasília*, situado na Asa Norte, enquanto programa de extensão que visa aproximar a comunidade da fiscalização orçamentária e da cidadania fiscal. A iniciativa articula ensino, pesquisa e extensão por meio de projetos e atividades desenvolvidas em parceria com órgãos governamentais como a Receita Federal do Brasil e a Controladoria-Geral do Distrito Federal. A metodologia inclui oficinas, capacitações, pesquisas e seleção de bolsistas, com o objetivo de fortalecer o controle social e ampliar a formação cidadã dos participantes. Os resultados esperados incluem o desenvolvimento de competências técnicas e políticas nos estudantes, a contribuição para a transparência da gestão pública e o fortalecimento dos vínculos entre o IFB e a sociedade. O Observatório Social é uma resposta concreta à demanda por justiça social por meio da educação cidadã e da extensão comprometida com o mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** cidadania fiscal, extensão, controle social, IFB, gestão pública.

**ABSTRACT:** This paper introduces the Social Observatory (OS) at the Federal Institute of Brasília (IFB), *Campus Brasília*, as an extension initiative focused on promoting fiscal citizenship and social oversight of public spending. The program integrates teaching, research, and outreach through actions developed in partnership with institutions such as the

<sup>1</sup> Mestre em Teologia, IFB – CBRA. E-mail: juliana.quirino@ifb.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em Engenharia de Produção, IFB – CBRA. E-mail: bibiani.dias@ifb.edu.br

<sup>3</sup> Mestre em Direito Público, IFB-CBRA. E-mail: caroline.barros@ifb.edu.br

<sup>4</sup> Mestre em Ciências Contábeis, IFB-CBRA. E-mail: izabela.calegari@ifb.edu.br

<sup>5</sup> Mestre em Administração, IFB-CBRA. E-mail: jaqueline.thomazine@ifb.edu.br

<sup>6</sup> Graduada em Letras – Português, IFB-CBRA. E-mail: joana.lima@ifb.edu.br

<sup>7</sup> Doutor em Economia, IFB-CBRA. E-mail: marco.bittencourt@ifb.edu.br

<sup>8</sup> Mestre em Direitos sociais e processos reivindicatórios, IFB-CBRA. E-mail: maria.vieira@ifb.edu.br

<sup>9</sup> Mestre em Direito e Inovação, IFB-CBRA. E-mail: natascha.gomes@ifb.edu.br

<sup>10</sup> Mestre em Educação, IFB-CBRA. E-mail: paula.rego@ifb.edu.br

Brazilian Federal Revenue and the Comptroller General of the Federal District. Its methodology includes workshops, training, research activities, and the selection and engagement of students in monitoring public resources. The initiative aims to foster civic education, enhance democratic participation, and strengthen transparency in public management. It also contributes to students' technical and political development by encouraging critical thinking, ethical awareness, and active citizenship. Through this approach, the Social Observatory reinforces the relationship between the IFB and society, aligning academic practices with social needs. Ultimately, it stands as a concrete response to the demand for social justice, offering meaningful learning experiences and stimulating community engagement in the exercise of social control.

**Keywords:** fiscal citizenship, outreach, social control, IFB, public management.

## **Introdução**

O Observatório Social (OS) do Instituto Federal de Brasília (IFB), *Campus Brasília*, surgiu a partir de uma demanda encaminhada ao colegiado de Gestão e Negócios, em 2021, pela Receita Federal do Brasil, com o objetivo principal de atuar como mecanismo de controle social e educação cidadã, aproximando a comunidade – interna e externa – dos processos de acompanhamento da execução orçamentária pública. O mote do OS está fortemente ancorado nos princípios da extensão universitária e na articulação entre ensino, pesquisa e prática profissional.

A motivação para sua criação também se deu pela constatação de que muitos cidadãos desconhecem seus direitos e deveres em relação à gestão pública e à destinação dos recursos arrecadados via tributos. O OS surgiu, assim, como ponte entre a formação técnica e a formação política, promovendo oficinas, eventos, pesquisas e debates que estimulam o engajamento social e a consciência fiscal.

Considerando isto, este trabalho tem como objetivo descrever a atuação do Observatório Social do IFB, *Campus Brasília*, no desempenho de suas atividades voltadas a integrar a comunidade acadêmica e externa por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão voltadas à educação cidadã e ao acompanhamento da gestão pública.

Para atingir o objetivo o presente trabalho utilizou a metodologia de estudo descritiva com a análise de conteúdo, realizada com base em dados primários retirados das atas de registro das reuniões e atividades do OS coletadas no sistema interno de gestão de processos, SUAP-IFB (Sistema Unificado de Administração Pública-IFB). Foi realizado uma pesquisa censitária dos documentos gerados pelo OS. Para tanto, a esta breve introdução, seguem uma seção na qual é apresentado o referencial teórico que sustenta este trabalho e uma seção final que destaca os resultados alcançados.

## Referencial Teórico

Segundo Pacheco (2011), os Institutos Federais possuem papel transformador, integrando educação técnica e tecnológica com a formação cidadã. A extensão, nesse contexto, é compreendida como ação essencial à missão institucional, promovendo a transformação da realidade por meio do diálogo entre saberes.

Arroyo (2013) destaca a importância da educação como produção de conhecimento, articulada à prática social. O OS do IFB se insere nessa perspectiva, ao conectar saber acadêmico, vivências comunitárias e experiências práticas relacionadas à gestão pública e controle social.

Sob uma ótica mais voltada à gestão pública contemporânea, Meirelles (2016) reforça que a Administração Pública deve ser guiada pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Isto exige mecanismos permanentes de controle e fiscalização. Desta forma, a cidadania fiscal, conceito-chave no programa, refere-se à capacidade do cidadão de compreender, acompanhar e intervir na arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Para Silva (2021), a cidadania fiscal diz respeito à conscientização e ao exercício responsável dos direitos e deveres tributários, envolvendo desde o cumprimento das obrigações fiscais até a fiscalização do uso dos tributos arrecadados pelo poder público. Ela amplia o alcance do controle social ao estimular que os cidadãos compreendam a origem e a destinação dos recursos, fortalecendo a cultura de transparência e responsabilidade no gasto público.

Assim, a cidadania fiscal acaba por ser uma dimensão específica do controle social. Este possui um conceito mais abrangente, podendo ser entendido como a participação ativa da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, fiscalizando a aplicação dos recursos públicos e cobrando transparência e eficiência do Estado. Ele se concretiza por meio de conselhos, audiências públicas, conferências, observatórios e outros mecanismos de participação cidadã, fortalecendo a democracia e a *accountability* governamental (Mendes; Oliveira, 2019).

Nesse sentido, o controle social se articula ao conceito de *accountability*, entendido como a obrigação de gestores públicos prestarem contas à sociedade e estarem sujeitos à avaliação e responsabilização por seus atos (Abrucio, 2007; O'Donnell, 1998). Esse conceito,

amplamente discutido na literatura internacional, é hoje um dos pilares das práticas modernas de governança pública.

Portanto, o controle social, e sua conexão com o *accountability*, não se limita apenas a um direito do cidadão, mas também um dever que visa assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma ética e em benefício coletivo. O cidadão, desta forma, estaria exercendo sua cidadania fiscal, conforme definido pela Receita Federal do Brasil, por meio do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), como a capacidade de compreender a função socioeconômica dos tributos e de participar ativamente do controle dos gastos públicos (Brasil, 2002).

Na área de auditoria e finanças públicas, autores como Attie (2011) e Almeida (2012) destacam a importância da auditoria governamental e da transparência fiscal como instrumentos para assegurar o uso correto dos recursos públicos. Esses mecanismos, aliados a práticas de controle social, contribuem para o fortalecimento da confiança nas instituições e para a melhoria da qualidade do gasto público.

## **Resultados**

O objetivo do presente trabalho foi descrever a atuação do Observatório Social do IFB voltada à educação cidadã e ao acompanhamento da gestão pública. Para cumprir o objetivo utilizou-se uma análise de conteúdo censitária dos documentos e atas geradas pelo OS.

Dentre os principais resultados, destacam-se: (i) Formação cidadã e técnica dos discentes por meio da atuação em projetos reais e com impacto social; (ii) Capacitação da comunidade externa em temas relacionados ao orçamento público, tributos e controle social; (iii) Desenvolvimento de pesquisas aplicadas sobre a execução orçamentária e a qualidade da gestão pública; (iv) Fortalecimento da articulação entre os cursos do IFB e os órgãos de controle institucional (RFB e CGDF); e (v) Ampliação da empregabilidade dos estudantes, por meio da qualificação técnica e política.

Desde sua criação, o Observatório Social do IFB veio realizando uma série de atividades que consolidam sua presença como agente de extensão e cidadania fiscal. No biênio 2024/2025, as principais ações realizadas foram: (i) oficinas de cidadania fiscal com apoio da Receita Federal e CGDF; (ii) palestras 'Cidadania na Marra', 'Controle Social: é de um, é de geral!' e 'Educação Financeira: você no controle'; (iii) participação no Seminário Nacional de Cidadania Fiscal; (iv) criação do Instagram oficial do OS; (v) realização de

visitas técnicas ao Congresso Nacional, à Câmara Legislativa do DF, à Alfândega do Aeroporto de Brasília, e a projetos como 'Encena' da Receita Federal.

Também foram realizadas campanhas de doação de sangue e outras ações de capacitação com oficinas práticas sobre portais de transparência e orientações em projetos de pesquisa com bolsistas voluntários. Estima-se que esse conjunto de iniciativas tenha alcançado mais de 400 cidadãos ao longo dos últimos períodos de atividade do OS.

As ações apresentadas demonstram o avanço obtido pelo OS no cumprimento de seu objetivo institucional. Tal avanço se mostra nos impactos gerados nos participantes com o aumento: i) do interesse pelo tema; ii) da compreensão do tema; e iii) das capacidades de utilização das ferramentas disponíveis de controle social. Por outro lado, o OS enfrentou diversos obstáculos que tiveram que ser superados, tais como: i) baixo nível de conhecimento inicial dos participantes; e ii) percepção de baixo impacto de suas ações de controle social potenciais.

Essas ações demonstram o compromisso do OS com a formação cidadã, com a prática educativa aplicada e com a promoção de valores de justiça fiscal e social no Distrito Federal. O Observatório Social do IFB se alinhou a referenciais que combinam extensão universitária, auditoria e governança democrática, funcionando como um espaço de aproximação entre a sociedade e os instrumentos de fiscalização pública. Dessa forma, conclui-se que o OS atua como instrumento educativo e político, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da justiça social.

## Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático**: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. *Revista de Administração Pública*, v. 31, n. 4, p. 7-26, 2007.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2012.

ARROYO, Miguel. **Currículo**, território em disputa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Instituto Federal de Brasília. **Resolução nº 08/2012** - Conselho Superior do IFB. Dispõe sobre a política de extensão.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MENDES, A.; OLIVEIRA, V. Controle social e políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, 2019.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova, n. 44, p. 27-54, 1998.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <[https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67\\_Institutosfederais.pdf](https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2023.

SILVA, J. Cidadania fiscal e participação social no Brasil. **Revista de Finanças Públicas**, v. 15, n. 3, 2021.